



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**HABEAS CORPUS Nº 638565 - SP (2021/0001175-2)**

**RELATOR** : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO  
**IMPETRANTE** : THAIS DOS SANTOS LINO  
**ADVOGADO** : THAIS DOS SANTOS LINO - SP439394  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : DEIVSON SILVA REIS (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de DEIVSON SILVA REIS em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Apelação Criminal n. 1500397-04.2020.8.26.0545).

O paciente foi condenado às penas de 5 anos de reclusão no regime inicialmente fechado e de 500 dias-multa, pela prática do crime tipificado no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006, por ter sido surpreendido na posse de 1,360kg de maconha e de 23,3g de *crack*. Posteriormente, o Tribunal de origem negou provimento à apelação defensiva.

Nesta via, a defesa sustenta que o paciente estaria sofrendo constrangimento ilegal porque a minorante do art. 33, § 4º, da Lei de Drogas foi afastada sem amparo em fundamentação idônea e porque deveria ter sido estabelecido regime prisional mais brando.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem de *habeas corpus* para que sejam redimensionadas as penas e alterado o modo prisional.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que os pedidos se confundem com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 09 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente